

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO FEVEREIRO DE 2016



SURGE UM NOVO JUDICIÁRIO

A chegada de 76 novos magistrados para cidades de pequeno porte muda o cenário da Justiça no Ceará. Significa acesso direto a um juiz para mais de 1,5 milhão de pessoas. E a expectativa de uma prestação de serviço mais ágil. O Estado agora conta com 420 juízes

PÁGS. 10 A 15

93% DAS METAS BATIDAS

Quase tudo previsto para 2015 no TJCE aconteceu. Os principais desafios foram vencidos e nos tornamos o terceiro tribunal de médio porte mais eficiente do Brasil

PÁGS. 6 E 7

DE OLHO NAS DESPESAS

Cinco medidas anunciadas pela presidente Iracema Vale vão garantir a saúde financeira da Justiça Estadual

PÁGS. 4 E 5

OS CINCO MAIS PRODUTIVOS

Corregedoria homenageia os juízes que mais destacaram-se em 2015. Eles tiveram um elevado número de sentenças proferidas e foram ágeis no envio de informações

PÁGS. 16 E 17

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
CORREGEDOR-GERAL: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria Sales
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: Silvia Goes
SUBEDITOR: Bruno de Castro
REDAÇÃO: Ana Carolina de Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuely Néri, Mariana Galvão, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thyliana Costa e Ulysses Sousa
COLUNISTA: Edson Gomes
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Nadson Fernandes e Calvin Penna
FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS: Calvin Penna, Nadson Fernandes, Freepick e Pixabay



www.tjce.jus.br



imprensa@tjce.jus.br



facebook.com/tjceoficial



twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Um milhão e meio de cearenses têm agora acesso direto à Justiça. Antes, eles eram atendidos por juízes de outras cidades. Nunca deixaram de ser assistidos pelo Judiciário, mas o contato com o magistrado não era tão frequente há alguns anos. Voltou a ser no último dia 26 de fevereiro, menos de 24 horas depois da posse de 76 novos magistrados no Palácio da Justiça, em Fortaleza. Foi uma cerimônia emocionante. Histórica, por se tratar da maior quantidade de juízes empossados de uma só vez nos 142 anos de existência do TJCE. E você confere os desdobramentos disso aqui no 'Jornal do Judiciário', assim como vai saber como o Tribunal tem se movimentado para poupar recursos neste momento de delicada situação econômica pelo qual passa o Brasil. É algo necessário para qualquer gestor público. A Esmec tem sido exemplo na hora de poupar. Implementou um projeto exitoso na área de telefonia. Vamos te apresentar ainda os cinco juízes cearenses que mais produziram em 2015. Eles foram homenageados pela Corregedoria do TJCE. Você vai descobrir também quais varas e juizados mais reduziram as taxas de congestionamento processual no ano passado. Os números são animadores. E adiantam um futuro não muito distante de agilidade recorde pro Judiciário cearense, que em 2015 cumpriu quase 100% das metas programadas. Ou seja: mesmo diante de um cenário financeiro desafiador, servidores e magistrados dão a volta por cima e provam o quanto a união faz do TJCE um poder forte. Tanto que tem novidade no setor de conciliação! Fortaleza vai servir de projeto-piloto na adequação da Justiça ao novo CPC. Fique com a gente. A segunda edição do 'JJ' deste ano está cheia de novidades.

Boa leitura!

Silvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

R\$ 84 MIL POUPADOS ATÉ O FIM DO ANO

Saem as centrais telefônicas físicas e entram as virtuais. Zero gasto com manutenção e aluguel, mais agilidade e economia para o Judiciário

O projeto-piloto de uma central telefônica implantado na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) promete revolucionar os gastos do Judiciário cearense com comunicação. Desde novembro de 2015, quando começou a operar, o VoiceNet reduziu as despesas de telefone da Esmec em 1.226%.

O valor da conta caiu de R\$ 7.853,69/mês para R\$ 592,20/mês. Uma economia bruta de R\$ 7.200/mês. Por ano, a expectativa é de o TJCE poupar R\$ 84 mil em telefonia só na Escola. "Essa primeira etapa será de retirar as centrais telefônicas físicas existentes e substituir pelo VoiceNet", explica o secretário de Infraestrutura do TJCE, Moisés Costa.

Ele fala em 'substituir' porque o VoiceNet é uma central que não necessita de espaço físico. Isso significa não ter mais gastos com manutenção ou com aluguel de centrais físicas, já que, com o novo sistema, o trabalho é feito pela empresa de telefonia.

A implantação do VoiceNet foi feita sem custos para o TJCE como parte do projeto Integração do Serviço de Telefone, cujo objetivo é otimizar custos e melhorar as tecnologias da Justiça Estadual.

Por conta dos primeiros resultados positivos na Esmec, o serviço deve ser estendido para as Turmas Recursais, em Fortaleza, para as comarcas de Maracanaú e Caucaia, na Região Metropolitana da capital, para Juazeiro do Norte, na Região do Cariri, e para Sobral, na Região Norte.

Essas cidades devem ganhar o VoiceNet em, no máximo, seis meses. Quando isso acontecer, o Judiciário poupará cerca de R\$ 650 mil/ano só com telefonia.

A segunda etapa do projeto "Integração do Serviço de Telefone" é implantar a ligação por quatro dígitos entre as unidades Judiciais da Capital e do Interior, a exemplo do que já ocorre entre a sede do Tribunal e o Fórum Clóvis Beviláqua.

Dessa forma, os servidores poderão comunicar-se entre si sem fazerem chamadas intermunicipais, o que deve gerar ainda mais economia para o Judiciário.



De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista



lucibertofo@tjce.jus.br

ADESÃO CRESCENTE

O presidente da Diretoria Executiva do Sindicato dos Analistas Judiciários do Estado do Ceará e da Região Metropolitana de Fortaleza, Júlio César Martins Filho, comemora a crescente adesão de Analistas Judiciários à nova entidade. A primeira diretoria, eleita para o triênio 2016/2019, tomou posse em 12 de fevereiro. Esse cargo engloba todos os servidores do Judiciário cearense de nível superior, à exceção dos responsáveis pelo cumprimento de mandado. São mais de 800 os futuros sindicalizados.

NOVO CÓDIGO

Os integrantes do Poder Judiciário brasileiro e os operadores do Direito esperam que o novo Código de Processo Civil, que passa a vigorar a partir de 18/03/2016, garanta, efetivamente, uma Justiça segura, tempestiva e eficiente. E com custos acessíveis a todos, em especial aos menos favorecidos.

SANGUE NOVO

A Presidência do TJCE conta com um novo nome para ajudar na tomada de decisões. Alexandre Santos Bezerra Sá assumiu o cargo de juiz auxiliar no lugar de Cléber de Castro, que foi para a 16ª Vara da Família de Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua. É sangue novo para reforçar a política do diálogo entre a gestão, demais magistrados e servidores.

REPETECO

O Órgão Especial do TJCE deverá apreciar minuta de Resolução da Presidência sobre a uniformização e o aprimoramento da gestão das demandas repetitivas que serão sumuladas. O resultado implicará em maior agilidade na prestação jurisdicional e maior segurança jurídica. Atenderá, assim, o benefício de aprimoramento de gestão de processos repetitivos e de grandes litigantes. A execução do Projeto Estratégico Primordial vem sendo desenvolvida pela Comissão de Jurisprudência e Biblioteca em parceria com o Escritório de Projetos da Seplag do TJCE.

PARA REDUZIR DESPESAS

Novas medidas anunciadas pela Presidência do TJCE devem reduzir em até 25% o custeio do tribunal em 2016. Juizes e desembargadores já foram comunicados

Ainda delicada situação econômica do Brasil requer atenção dos gestores públicos. Todas as administrações, de todas as esferas, em todos os estados, precisam ter ainda mais zelo com os gastos enquanto a crise existir. Deve-se investir no estritamente necessário. E cortar o que for possível de ser cortado.

No Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), inúmeras medidas já foram implementadas desde o ano passado para assegurar estabilidade financeira à Corte. Em 2016, novas estratégias serão adotadas para diminuir as despesas de custeio do Judiciário. A expectativa é de a redução ser de até 25%.

O plano de contenção foi apresentado pela presidente Iracema Vale durante reunião do Órgão Especial do TJCE. Todos os juizes e desembargadores cearenses já foram comunicados

formalmente da decisão. Eles receberam ofício circular sobre a situação financeira do Judiciário cearense.

A revisão de contratos junto aos fornecedores de bens ou serviços imprescindíveis é uma das ações. A ideia é baixar preços. Outra medida é a rescisão de contratos dispensáveis à continuidade dos trabalhos da Justiça Estadual.

Segundo Iracema Vale, o crescimento do gasto com pessoal nos últimos anos juntamente com a queda da Receita Corrente Líquida (RCL) do Ceará impactou diretamente a atual gestão. Além disso, o TJCE é o tribunal que tem o menor orçamento por habitante do Brasil. Fica atrás até de estados menores e mais pobres, como o Piauí e o Rio Grande do Norte (veja gráfico ao lado).

Há mais um fator: o orçamento aprovado para o Judiciário pela Assembleia

Legislativa contempla apenas a manutenção básica de compromissos já assumidos. Ou seja: não há margem para a realização de novas despesas. "O momento é grave e exige a adoção de providências efetivas. A situação exige união e comprometimento dos membros e servidores de diversas categorias do Judiciário", pondera Iracema Vale.

Para 2016, o orçamento do TJCE é incompatível com a programação inicial de despesas de custeio e investimento. "É meu dever como presidente, sobre quem recai todo o ônus, face a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dar ciência das dificuldades que estamos encontrando em face ao descompasso entre as demandas recebidas e a capacidade financeira de executá-las", destaca a desembargadora.

AS MEDIDAS ADOTADAS

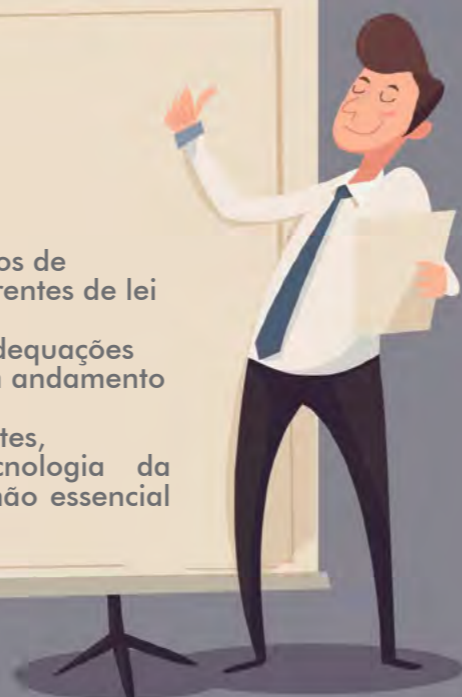
Revisão de contratos imprescindíveis

Rescisão de contratos dispensáveis

Param, até segunda ordem, obras, reformas e serviços de engenharia que não sejam imprescindíveis ou decorrentes de lei

Também param até segunda ordem alterações ou adequações de layout em unidades do Judiciário, exceto as já em andamento

Suspensão imediata de aquisição de bens permanentes, mobiliários e equipamentos, inclusive de Tecnologia da Informação, assim como de material de consumo não essencial ao funcionamento do Judiciário



O QUE É O ÓRGÃO ESPECIAL?

É um grupo formado por 19 desembargadores. Existe desde 2011 para agilizar feitos administrativos e judiciais do TJCE. A composição é alterada a cada dois anos ou pode ser prorrogada por igual período.

QUEM COMPÕE O ÓRGÃO ESPECIAL

- Maria Iracema Martins do Vale - Presidente
- Fernando Luiz Ximenes Rocha
- Luiz Gerardo de Pontes Brígido
- Antônio Abelardo Benevides Moraes
- Francisco de Assis Filgueira Mendes
- Francisco Lincoln Araújo e Silva
- Maria Nailde Pinheiro Nogueira
- Haroldo Correia de Oliveira Máximo
- Francisco Pedrosa Teixeira
- Francisco Barbosa Filho
- Durval Aires Filho
- Francisco Gladysson Pontes
- Washington Luis Bezerra de Araújo
- Maria Iraneide Moura Silva
- Lisete de Sousa Gadelha
- Raimundo Nonato Silva Santos
- Mário Parente Teófilo Neto
- José Tarcílio Souza da Silva
- Maria de Fatima de Melo Loureiro
- Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

O ORÇAMENTO DOS TRIBUNAIS POR HABITANTE



FONTE: CNJ, Orçamento do Judiciário.

Missão dada é missão cumprida

O TJCE é o terceiro mais eficiente tribunal de médio porte do Brasil! Cumpriu 93% das tarefas planejadas para 2015, tem índice de eficiência de 83% e realizou 20% mais audiências do que o previsto pro ano passado

Foi por apenas 6,7% que o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) não cumpriu todas as metas do Plano Estratégico 2015-2020 previstas para o ano passado. Dentro dos 93,3% de tarefas cumpridas, três ganham destaque no estudo feito pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Judiciário.

O aumento das audiências é um deles. A meta para o ano era de 44,7% das audiências agendadas de fato acontecerem. O TJCE, contudo, registrou índice de 64,8%. Mais de 20%, portanto, acima do indicado.

O crescimento da oferta para soluções alternativas de conflitos foi outra conquista relevante. As iniciativas desenvolvidas pelo Judiciário cearense fizeram com que as conciliações em 2015 alcançassem o patamar dos 20%.

O terceiro item de destaque no relatório da Seplag é a qualificação dos magistrados. No ano passado, 30,7% dos juizes e desembargadores cearenses participaram de 16 cursos de capacitação ofertados pela Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmeac).

Essas e outras medidas resultaram num desempenho importante, desta vez medido pelo Conselho Nacional de Justiça, o CNJ. A publicação "Justiça em Números" aponta o TJCE como o terceiro tribunal mais eficiente entre as Cortes de médio porte do Brasil.

A eficiência do Ceará em 2015 foi de 83%. Ficou atrás apenas do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), cujos resultados foram 100% e 88%, respectivamente (veja o ranking completo ao lado).

A eficiência é calculada

pelo CNJ por meio do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus). É avaliado o que foi produzido (produto) pelos tribunais e o que foi gasto para produzir (insumo).

"Com relação aos tribunais de médio porte, apenas o TJGO alcançou eficiência máxima, confirmando a tendência de crescimento observada no ano anterior. Também o TJDFT e TJCE se destacam, tanto pela tendência de crescimento, quanto por serem os únicos, além do TJGO, cujo resultado foi superior ao patamar de 83%, índice médio da Justiça Estadual", ressalta o 'Justiça em Números'.

Supervisora do Comitê Estratégico do Poder Judiciário, a desembargadora Nailde Pinheiro avalia o resultado como "fruto do acompanhamento constante na execução das ações planejadas". Ela cita que o Plano Estratégico está cumprindo seu principal objetivo, que é ser um "norte para as realizações da administração."

Segundo ela, o Plano deverá aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça, além de intensificar a interlocução com a sociedade. "Estamos primando pela excelência da prestação dos serviços do Tribunal."

93,3%
DE METAS CUMPRIDAS
do Plano Estratégico 2015-2020 previstos para o ano passado.

MULTIMÍDIA

Para acessar o Justiça em Números <http://bit.ly/1UDrJju>



SAIBA MAIS

O Plano Estratégico 2015-2020 foi aprovado pelo Órgão Especial do TJCE em 23 de abril de 2015.

Até o fim de janeiro de 2017, a atual administração do TJCE pretende implementar 30 projetos estratégicos. Alguns deles são o aprimoramento da segurança institucional, a melhoria das estatísticas processuais e a uniformização da jurisprudência em demandas repetitivas.

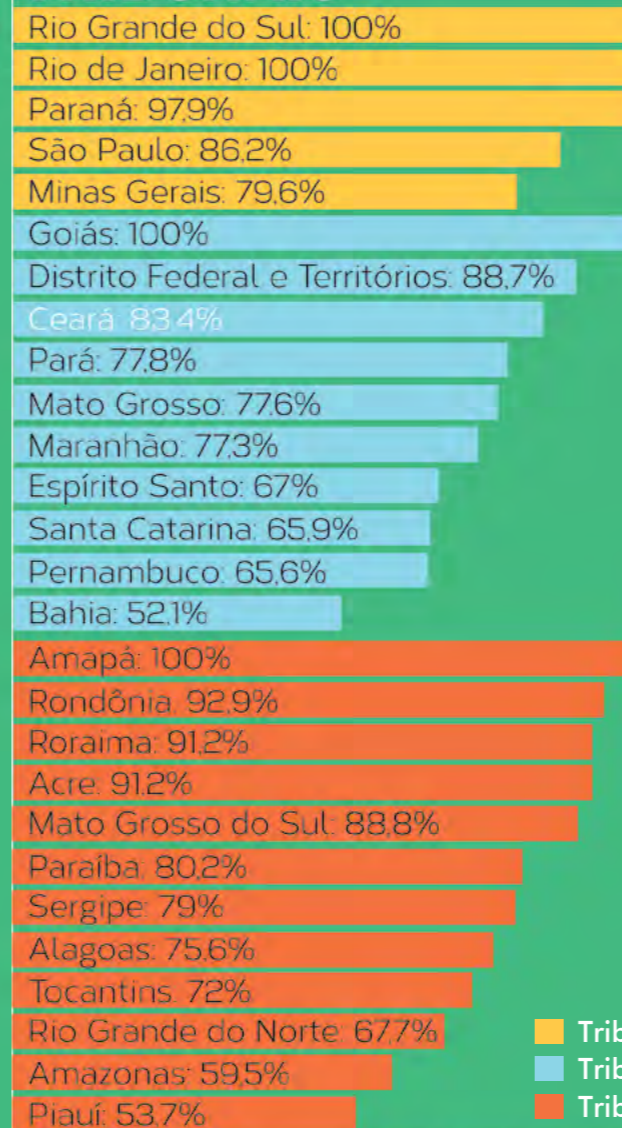
OS PILARES DO PLANO

Diálogo com a sociedade

Gestão eficiente e participativa

Desjudicialização de conflitos

A EFICIÊNCIA DOS TRIBUNAIS



■ Tribunais de grande porte
■ Tribunais de médio porte
■ Tribunais de pequeno porte

Fonte: 'Justiça em Números', uma publicação do CNJ.

AS "MAIS MAIS"

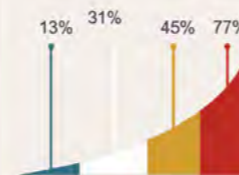
A maior comarca cearense tem muito o que comemorar! Os índices de congestionamento processual das varas e juizados estão diminuindo. E os responsáveis por isso são servidores e magistrados comprometidos com uma Justiça cada vez melhor

Cidade com a maior demanda de processos do Ceará, Fortaleza tem se esforçado para dar mais agilidade à tramitação de causas. Todas as 149 unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua trabalham para reduzir a taxa de congestionamento da Justiça na capital. Os resultados já podem ser vistos.

Um ranking elaborado pela diretoria do Fórum mostra como varas e juizados avançaram de 2014 para 2015 quanto à redução do estoque final de causas. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a taxa de congestionamento mede a efetividade de uma estrutura judiciária. O índice é medido a partir de um comparativo entre quantidade de casos novos, de casos encerrados e do estoque pendente entre dois anos.

O documento apresenta o desempenho das varas por competência. São varas cíveis, criminais, de família, de fazenda pública, de execuções fiscais, da infância e juventude, do júri, de sucessões, de execuções penais, de delitos de tráfico, de registros públicos, de falências e juizados especiais.

Diretor do Fórum, o juiz José Maria dos Santos Sales atribui o bom desempenho das varas ao empenho de servidores e magistrados. "A gente tem criado uma série de mecanismos para conseguir dar uma resposta mais rápida a quem precisa da Justiça, como a realização de mutirões, por exemplo", cita.



AS CAMPEÃS DE CADA ESPECIALIDADE

FAZENDA PÚBLICA	6ª Vara	34,12%
EXECUÇÕES FISCAIS	2ª Vara	75,14%
CÍVEL	3ª Vara	68,69%
CRIMINAL	17ª Vara	34,52%
JECC	10ª Unidade	27,61%
SUCESSÕES	2ª Vara	43,86%
FALÊNCIA	2ª Vara	61,28%
REGISTROS PÚBLICOS	2ª Vara	37,21%
JÚRI	2ª Vara	41,20%
EXECUÇÕES PENAIS	3ª Vara	77,25%
DELITOS DE TRÁFICOS	2ª Vara	32,45%
INFÂNCIA E JUVENTUDE	2ª Vara	29,87%
FAMÍLIA	9ª Vara	59,65%

MULTIMÍDIA

O ranking completo pode ser conferido em <http://bit.ly/10imdia>

1,5 MILHÃO DE CEARENSES BENEFICIADOS



O ingresso de 76 magistrados nos quadros do Judiciário é, além de um recorde, algo que soluciona quase que por completo a falta de juízes na Entrância Inicial do Ceará

O acesso à Justiça no Ceará está muito mais fácil para as populações de 76 municípios. Agora, elas contam com a presença fixa de um juiz. Antes, eram atendidas por magistrados de outras cidades. Juntos, os habitantes dessas regiões somam mais de 1,5 milhão de pessoas. Isso representa quase 20% da população de todo o Estado.

Esses 76 novos juízes ingressaram no Judiciário cearense no último dia 25 de fevereiro. A solenidade ocorreu no Palácio da Justiça,

em Fortaleza. Todos irão para municípios de pequeno porte no Interior. No mundo jurídico, essa é a chamada Entrância Inicial.

Trata-se da maior posse de magistrados já feita de uma única vez nos 142 anos de existência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). “Minha obstinação em dar-lhes posse é uma forma de oferecer um mínimo de dignidade à população pobre dos mais afastados rincões do nosso Estado. O papel do Judiciário hoje se diferencia

daquele de um passado não muito longínquo, quando lhe atribuíam apenas a tarefa de servir de equilíbrio entre os outros dois poderes”, discursou a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale.

E complementou: “o Brasil mudou. Temos um país dividido entre a grande pobreza marginalizada e outra parcela reduzida com emprego, saúde, habitação e educação. A essa situação, a magistratura não pode ficar indiferente. Somos parte do problema e temos

como contribuir para, pelo menos, minorá-lo.”

Com a posse dos 76 magistrados, a falta de juízes na Entrância Inicial cearense será quase que totalmente solucionada. Apenas os moradores de Acaraú, Barreira, Pacoti, Pentecoste, Pindoretama e São Luís do Curu continuarão atendidos por comarcas vizinhas. “Colocar em cada comarca um juiz parecia um sonho. Agora é realidade. O esforço que a presidente fez e a abnegação dos dirigentes do tribunal tornaram isso possível”, destaca o corregedor-geral do TJCE, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva.

Ter um juiz fixo na cidade durante toda a semana representa não apenas a importância de uma autoridade judicial. Em termos práticos, significa ganho de tempo para quem precisa da Justiça. Ao invés de aguardar o dia de expediente do magistrado do município vizinho para ter sua demanda solucionada/despachada, o cidadão poderá procurar o Fórum quando considerar necessário. “O ingresso desses 76 colegas vem para suprir uma carência vivenciada pelo Tribunal há alguns anos. Que eles possam exercer suas funções e levar justiça para o interior. A população é a mais beneficiada”, pontua o

desembargador José Tarcílio da Silva.

Somados aos 344 juízes já existentes e em atuação, os 76 recém-empossados fazem o número de magistrados cearenses aumentar em 22%. Um recorde. “Deposito em cada um dos senhores a esperança de dias melhores. Nunca parem de sonhar com um Judiciário que possa garantir para nossa sociedade a diminuição das desigualdades, o fortalecimento da democracia e a efetivação de uma justiça social. Jamais permitam que lhe matem o direito ao sonho. Porque o sonho comanda a vida”, frisou Iracema Vale, no discurso de posse.

LINHA DO TEMPO

PARA ONDE VÃO OS JUÍZES

2014

21 de fevereiro

01

É publicado o edital do concurso

Prova objetiva

02

25 de maio

Prova de sentença cível

04

19 de julho

Prova discursiva

18 de julho

03

20 de julho

05

Prova de sentença criminal

Prova oral

06

19 a 24 de maio

2015

1º de julho

07

O resultado final dos aprovados

Juízes escolhem em sessão pública as cidades onde vão atuar

08

12 de fevereiro

2016

23 de fevereiro

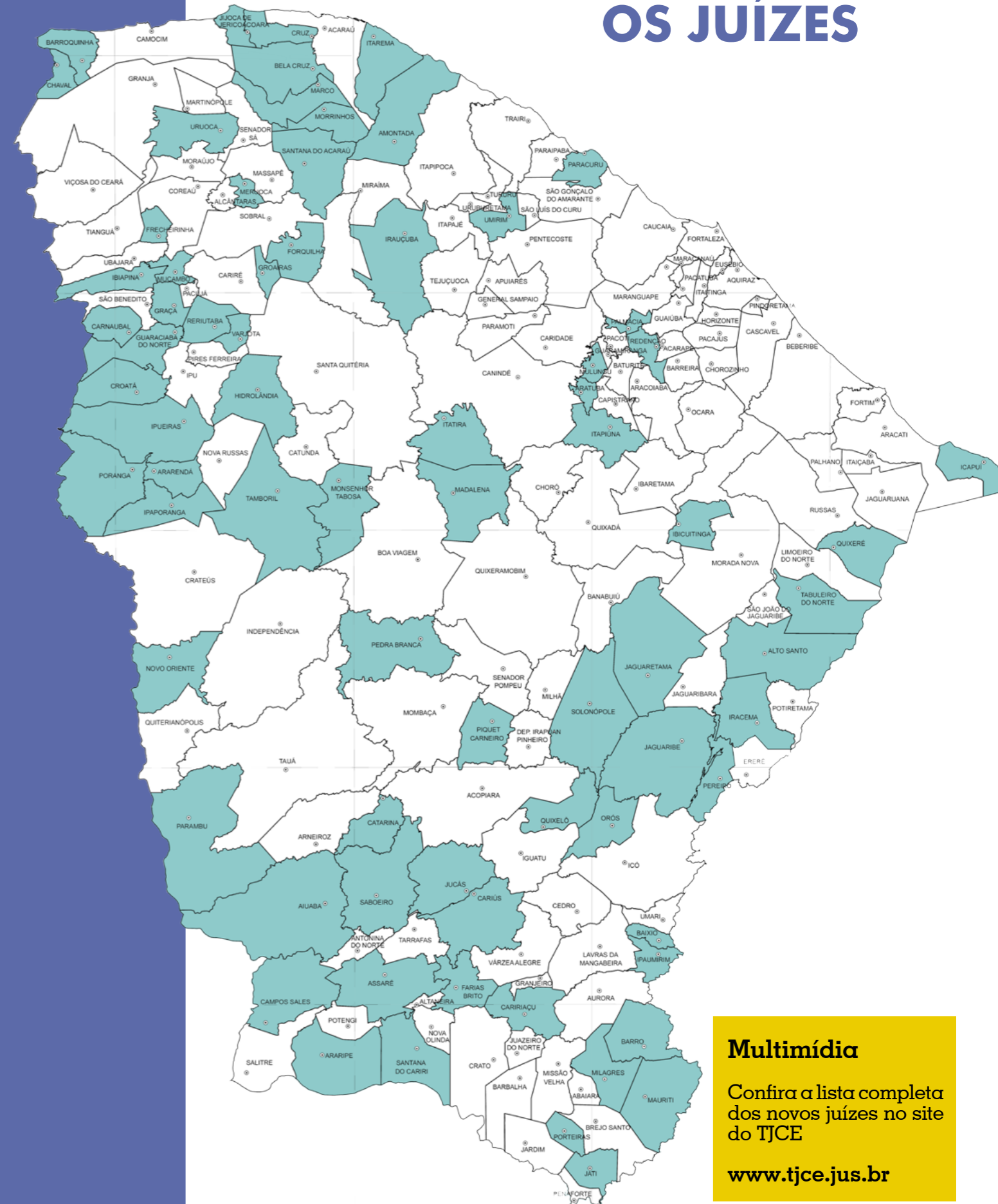
09

A presidente Iracema Vale recebe os novos magistrados

Os juízes são empossados

10

25 de fevereiro



NÚMEROS

1,5 MILHÃO de cearenses serão beneficiados com a entrada dos 76 novos juízes
420 juízes compõem o Judiciário cearense hoje, após o ingresso desses magistrados
92% das comarcas de entrância inicial passam agora a ter juiz

Multimídia

Confira a lista completa dos novos juízes no site do TJCE

www.tjce.jus.br

DEPOIMENTOS



"A chegada desses juízes vai suprir a carência de magistrados no Interior. Essa lacuna há muito vinha sendo reclamada pela sociedade. Esse é um momento muito feliz pro Tribunal. Que os novos juízes saibam da responsabilidade que têm com a população e com o Judiciário."

Desembargador Fernando Ximenes, decano do TJCE

"Nós temos muitas zonas eleitorais sem juízes. Com a posse desses colegas, todas elas estarão providas. Neste ano, nós teremos um pleito municipal, que historicamente é mais aguerrido. Então, a presença desses juízes é essencial. Eles chegam no começo do ano, com tempo suficiente pra se aclimatarem e trabalharem com servidores. Todos eles vão receber um treinamento e nós vamos conversar pra termos uma grande eleição."

Abelardo Benevides, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará



"Num momento de muita dificuldade, houve um esforço grande para garantir que esses 76 juízes pudessem ser convocados. Não tenho dúvidas de que eles darão uma grande contribuição à Justiça e garantir que as pessoas tenham atendimento mais célere."

Camilo Santana, governador do Ceará



"Garantir o acesso rápido à Justiça em municípios que ainda não dispõem de juiz é um ato democrático. Pela sua posição firme, a presidente Iracema Vale conseguiu apoio institucional e garantiu isso. Esses 76 novos juízes irão cumprir um papel muito especial."

Roberto Cláudio, prefeito de Fortaleza



"É um dia memorável para a comunidade jurídica do Ceará. A população esperava por essa notícia, porque temos uma carência muito grande de magistrados. E, agora, 76 novos soldados se enfileiram para servir ao povo do Ceará. Tenho certeza de que são pessoas que vão se doar a algo tão importante à cidadania, que é o Poder Judiciário."

Marcelo Mota, presidente da OAB/CE



"Esse é um momento histórico. A população do Ceará está em festa. Todo presidente tenta fazer com que a Justiça funcione mais rápido, mas hoje a presidente Iracema Vale dá um presente ao povo. Esses juízes vão acelerar processos."

Deputado José Albuquerque, presidente da Assembleia Legislativa



"Minha proposta de trabalho é acelerar o julgamento dos 500 processos em andamento na comarca, contribuindo, assim, com trabalho e dedicação, para a pacificação dos conflitos. Estou, sinceramente, realizada em poder contribuir para que a Justiça seja feita em benefício da sociedade."

Débora Danielle Pinheiro, juíza de Mulungu

"Graça estava sem juiz efetivo desde 2010. É uma comarca bem estruturada e com cerca de 900 processos. Minha grande expectativa é colaborar para a celeridade da prestação jurisdicional e tonar mais ágil a tramitação dos processos."

Bruna dos Santos Costa, juíza de Graça



"Espero mudar muita coisa para melhor. Para isso, a Defensoria Pública e o TJ devem atuar juntos. Vou levar minha experiência de defensor público para facilitar isso."

Luiz Eduardo Pequeno, juiz de Carnaubal

"Meu primeiro ato vai ser conversar com os servidores. Preciso contar com a experiência deles para poder prestar um serviço ágil e de qualidade. Nós precisamos despachar processos o quanto antes. Tudo em parceria com o Ministério Público e a Defensoria."

Diogo Sacramento, juiz de Iraporanga



"A gente acredita que vai somar muito. Queremos fazer o melhor. Tanta responsabilidade assusta um pouco, mas também faz eu me cobrar mais pra me esforçar mais. O que importa mesmo é o empenho de cada um."

Kathleen Nicola Kilian, juíza de Cruz

RECONHECIMENTO À EFICIÊNCIA



Magistrados são premiados

por presteza e por proferirem muitas sentenças. A medalha existe desde 2015

Cinco juizes cearenses tiveram os trabalhos premiados pela Corregedoria Geral da Justiça do Ceará no fim de fevereiro. Eles receberam a Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo, concedida a quem se destacou nos últimos 12 meses.

Os nomes de Maria Tereza Farias Frota, Luciano Nunes Maia Freire, Andréa Mendes Bezerra Delfino, Ângelo Bianco Vettorazzi e Fátima Maria Rosa Mendonça foram escolhidos após a análise de três critérios: produtividade, número de sentenças proferidas e presteza nas informações enviadas à Corregedoria.

Ao conceder a honraria, a Corregedoria busca valorizar o princípio

constitucional da eficiência, segundo o qual todo agente público deve exercer sua função com rapidez, perfeição e rendimento funcional.

“É justo reconhecer e homenagear o trabalho dos juizes de Primeiro Grau. São eles que, em primeiro lugar, conhecem e julgam causas, além de contribuírem, com o desenvolvimento de suas ações, para uma melhor prestação jurisdicional ao cidadão”, explica o corregedor-geral, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva.

Os juizes homenageados este ano atuam nas entrâncias Inicial, Intermediária e Final, além de serem titulares de Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs) de Entrância Intermediária e Final.

A Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo foi criada pela Corregedoria em 2015.

A relação dos agraciados de 2016 foi publicada no Diário da Justiça de 16/2.

Os homenageados foram escolhidos por uma comissão composta pelo corregedor Francisco Lincoln e pelos juizes corregedores auxiliares Demétrio Saker Neto, Mirian Mota Randal Pompeu e Ricardo Bruno Fontenelle.

SAIBA MAIS



Maria Tereza Farias Frota
(Entrância Inicial)

É juíza há 17 anos. Já foi titular das comarcas de Itaitinga, Pacoti e Guaramiranga, e respondeu por Maracanaú, Guaiuba, Pacatuba, Pacajus, Palmácia, Mulungu, Aratuba, Capistrano e Itapiúna. Hoje é titular da 2ª Vara de Aquiraz.



Luciano Nunes Maia Freire
(Entrância Intermediária)

Ingressou na magistratura em 2009 e já atuou em diversas cidades do Ceará. Pós-graduado em Direito Processual, hoje é juiz auxiliar de Fortaleza e integra o grupo de descongestionamento processual do Interior.



Andréa Mendes Bezerra Delfino
(Entrância Final)

Ingressou na magistratura em 1993. Hoje é titular da 6ª Vara de Execuções Fiscais de Fortaleza, juíza eleitoral da Zona 113 da capital e coordenadora das Varas de Execuções Fiscais, Fazenda Pública, Registro Público e de Recuperação Judicial.



Fátima Maria Rosa Mendonça
(Juizado Especial de Entrância Final)

É graduada em Direito e Biblioteconomia. Ingressou na magistratura em 1992. É especialista em Direito Processual Penal e Civil e em Administração Judiciária. Atuou no Interior e hoje é titular do Juizado da Mulher de Fortaleza.



Ângelo Bianco Vettorazzi
(Juizado Especial de Entrância Intermediária)

Ingressou na magistratura em 2001. Já atuou em cidades do Interior e hoje é titular do Juizado Especial Cível e Criminal do Crato. Atua ainda como coordenador do Polo de Aprendizagem da Esmec.



QUEM FOI CARLOS FACUNDO

Nasceu em Camocim, no Ceará, e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1961, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pelo critério de merecimento, foi nomeado desembargador do TJCE em 11 de maio de 1979. Foi presidente da Corte, cuja posse ocorreu em 1º de fevereiro de 1991.

Por mais afeto pelos pequenos



Instituições de acolhimento de Fortaleza são apresentadas formalmente ao mecanismo criado pelo TJCE para amparar crianças e adolescentes disponíveis à adoção. Há três maneiras de apadrinhamento. Conheça (e apadrinhe!)

Em vigor desde o segundo semestre do ano passado, o Programa de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi formalmente apresentado a representantes de 20 instituições de acolhimento de Fortaleza em fevereiro.

No Fórum Clóvis Beviláqua, eles conheceram o funcionamento da medida – cujo objetivo é incentivar a adoção de quem há muito tempo vive em abrigos. Um dos focos são as chamadas 'adoções tardias', em especial de quem tem entre sete e 14 anos, de grupos de irmãos e de jovens com

problemas de saúde.

Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem aderir aos três tipos de apadrinhamento previstos no programa: o afetivo, o financeiro e o de prestação de serviços. “A partir de março os interessados em participar do programa de apadrinhamento poderão procurar o Setor de Procedimentos Administrativos do Juizado da Infância e Juventude, que ficará responsável pela gestão e execução das iniciativas”, adianta a chefe do Setor de Cadastro de Adoção do Fórum, Gabriella Costa.

Psicóloga do abrigo “O Pequeno Nazareno”, Carolina Rocha classifica a iniciativa do TJCE como importante. “A sociedade ainda é muito distante da realidade dessas crianças. Com o apoio do Judiciário, a gente vai poder dar mais visibilidade a isso.”

Já o assistente social Leandro Valente trata o programa como desafiador. Ele atua no Abrigo III da Prefeitura de Fortaleza. “É uma nova empreitada que pode trazer muitos avanços, principalmente para aquelas crianças que estão fora do perfil de adoção.”

AS FORMAS DE APADRINHAMENTO

AFETIVO

Criado para incentivar a manutenção de vínculos afetivos, ampliando as oportunidades de convivência familiar e comunitária. O voluntário pode visitar o apadrinhado, levá-lo para passear, passar fins de semana, férias escolares (por período não superior a sete dias) etc. Quem deseja se candidatar a padrinho afetivo deve preencher os seguintes quesitos: ser maior de 25 anos; possuir residência fixa na cidade onde o programa de apadrinhamento funciona; e não responder a nenhum procedimento criminal na esfera policial e/ou judicial, especialmente envolvendo crianças ou adolescentes. O candidato passa por avaliação psicossocial e participa de oficinas preparatórias.



FINANCEIRO

Consiste em contribuir economicamente para atender as necessidades do acolhido, sem criar necessariamente vínculos afetivos. O padrinho poderá custear os estudos do apadrinhado, atividades extracurriculares, tratamentos de saúde, além de poder presentear o jovem com livros, vestimentos e outros bens. Não existe contato entre apadrinhado e padrinho, que também não toma conhecimento da evolução do jovem.



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

É feito por trabalhador autônomo ou empresa que poderá executar, junto às instituições de acolhimento, cursos direcionados ao público infantojuvenil, custear atividades diversas que garantam acesso à dignidade dos acolhidos, além de colaborar com serviços inerentes às atividades do voluntário. Tanto o trabalhador autônomo quanto as empresas devem apresentar documentação comprobatória. Também podem tornar-se padrinhos conselhos regionais profissionais, cartórios e outras entidades públicas ou privadas.



SAIBA MAIS



A ideia de criar um programa de apadrinhamento no Ceará partiu da presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai-CE), desembargadora Lisete Gadelha.

Ela alerta para a necessidade de os municípios padronizarem os programas de apadrinhamento. Assim, evita-se a burla ao cadastro de pretendentes à adoção e, conseqüentemente, o tráfico de crianças.

“Esse é um programa que surgiu para não deixar no ostracismo aquele ser que merece ter preservada a sua dignidade humana”, destaca a magistrada.

Síntese

Camilla Carneiro
Jornalista

camilla.araujo@tjce.jus.br

O QUE PODE MELHORAR?

O usuário da justiça deu, até 4 de março, sua opinião sobre o funcionamento do Judiciário em 2015. Puderam participar advogados, membros da Defensoria Pública e do Ministério Público estadual, além de usuários em geral. O objetivo da pesquisa é colher informações sobre o nível de satisfação dos usuários do Judiciário cearense.

DESCONGESTIONAMENTO NO INTERIOR

O Grupo de Descongestionamento do Interior já começou o ano com muito trabalho. Em janeiro, o Grupo seguiu para Juazeiro do Norte, onde julgou 1.199 processos entre os dias 18 e 22. No final de fevereiro, seguiu para Viçosa, na região da Ibiapaba.

PAZ EM CASA

De 7 a 11 de março, a semana da Justiça pela Paz em Casa realiza sua quarta edição. A Coordenadoria da Mulher do Estado uniu forças na Capital e no Interior para que a maior quantidade de audiências fosse agendada.

TODOS CONTRA O MOSQUITO

O Judiciário cearense se junta aos governos Estadual e Federal no combate ao mosquito aedes aegypti, transmissor de doenças como a dengue, a zika e a febre chikungunya. Para mais informações e denúncias de foco do mosquito, ligue para a secretaria de Saúde do seu município.

“Se você pensa que pode ou sonha que pode, comece. Ousadia tem genialidade, poder e magia.”

-Goethe

PARA FICAR TUDO NOS CONFORMES

Em Fortaleza e 12 cidades de médio e grande porte do Interior, o espaço para a realização de audiências de conciliação vai passar a existir ou será ampliado. Melhorias iniciarão pela capital tão logo o novo CPC entre em vigor

Tudo começa por Fortaleza. É na maior cidade do Ceará que a Justiça Estadual inicia sua adequação à Lei de Mediação e ao novo Código de Processo Civil (CPC). A partir de 18 de março, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Fórum Clóvis Beviláqua passa a contar com estruturas em duas faculdades de Direito e na Defensoria Pública.

A data escolhida é a mesma na qual entra em vigor a redação atualizada do CPC, cuja uma das principais mudanças é instar Cortes e magistrados a uma maior disposição para a realização de conciliações. Essas audiências visam promover um acordo entre as partes de uma causa antes de ela virar um processo.

A conta é simples: quanto mais acordos forem feitos, menos ações judiciais tramitarão. E quanto menos ações existirem, mais ágil será o julgamento dos processos nos quais não foi possível um consenso.



Ganha o Judiciário, ganham as partes – que evitam a espera – e ganha, principalmente, a sociedade. “Mediar e conciliar não são só eixos centrais do CPC. São políticas públicas que contribuirão para uma sociedade mais pacífica, que vai cultivar uma cultura de paz pelo diálogo”, pontua o supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, desembargador Gladyson Pontes.

O magistrado presidiu sete encontros de um grupo de trabalho criado para discutir e apresentar à Presidência do Tribunal medidas de ampliação da quantidade de Cejusc e adequação de novas unidades à legislação. Foram mais de dois meses de debates internos e com parceiros.

A experiência da Capital será replicada em 12 cidades interioranas tão logo espaços sejam viabilizados. Todas elas têm médio e grande porte, e dispõem de mais de uma vara em funcionamento. É o que preconiza o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cursos de capacitação de servidores em mediação/conciliação já foram realizados e continuarão sendo ministrados.

“Em Fortaleza, a Defensoria e as universidades vão ser extensões do Cejusc do Fórum. É como se fossem três braços. Terão mediadores e conciliadores habilitados. E nós vamos dar assistência a eles. Se fôssemos atender só no Fórum, nossa capacidade não seria tão ampla”, explica a juíza coordenadora do Cejusc, Natália Almino Gondim.

SERVIÇO

Mais informações sobre os Cejusc
Telefone: (85) 3207.6878 ou 7777



SAIBA MAIS

Segundo desembargadores do TJCE, o Judiciário cearense é um dos que melhor está se preparando para adequar-se às novas exigências do CPC brasileiro.

Novas faculdades de Direito podem ser parceiras do TJ nessa ampliação dos Cejusc.

Os Cejusc terão de apresentar relatórios bimestrais de produtividade ao Nupemec, que fará avaliações semestrais dessas estruturas.

Em Fortaleza, só no Fórum Clóvis Beviláqua, o Cejusc dispõe de três salas para a realização de audiências de conciliação.

No segundo semestre do ano passado, uma comissão presidida pelo desembargador Fernando Ximenes apresentou à Presidência do TJCE outras medidas que o Tribunal deveria implementar para adequar-se da melhor forma ao novo CPC. Foram 100 dias de trabalho.

AS AÇÕES

1

FIRMAR PARCERIA COM FACULDADES DE DIREITO

2

FIRMAR PARCERIA COM A DEFENSORIA PÚBLICA

3

CAPACITAR SERVIDORES DO JUDICIÁRIO EM MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO VIA CNJ

4

DAR ASSISTÊNCIA AOS CEJUSC NAS FACULDADES E DEFENSORIA

5

VIABILIZAR ESPAÇOS NO INTERIOR PARA CRIAR OS CEJUSC

SUGESTÃO CULTURAL



LIVRO

Israel Correia
Recepcionista do Tribunal de
Justiça do Ceará

O livro traz um conceito de que com inteligência financeira podemos resolver problemas. Também mostra que cada um pode determinar o destino do seu dinheiro. O exemplar mostra ainda que para preparar os filhos para vida é preciso dividir os conhecimentos com eles. "No livro, você aprender a compreender melhor a vida", destaca Israel.



LIVRO

Talita Silveira
Estagiária da Biblioteca
do TJCE

O exemplar faz um introdução à ciência do Direito e ajuda o leitor a formar de uma consciência crítica sobre diversos temas. Para Talita, o livro "faz você pensar de forma crítica sobre questões de sobrevivência e justiça."



DOCUMENTÁRIO

Dery Araripe
Recepcionista da Corregedoria
Geral da Justiça

O documentário vencedor do Oscar fala sobre a vida da cantora Amy Whinehouse desde a adolescência até a morte. Mostra como a britânica alcançou a fama, além de ter imagens de momentos de folga. "É um documentário que traz uma visão que tem uma abrangência além do palco", classifica Dery. Ela destaca ainda que a parte que mais gostou foi a trilha sonora e as músicas da cantora.



ESPAÇO

Alderilo Rodrigues
Auxiliar Judiciário

Inaugurado em 2012, o local dispõe de espaço para música, dança, cinema, apresentação teatral, exposições etc. O cineteatro possui lugares para 181 pessoas. Além disso, a Caixa Cultural contém três amplas galerias de artes e salas para oficinas e ensaios. Você pode encontrar também um café cultural e uma livraria. Fica localizado à rua Pessoa Anta, nº 287, na Praia de Iracema, em Fortaleza.